

Revista de  
**Arqueologia Pública**

ARTIGO

**O VERMELHO E O  
NEGRO:  
RAÍZES COLONIAIS DO UNIVERSO  
CONCENTRACIONÁRIO DO GENERAL FRANCO**

Pedro Pablo Fermín Maguire

**Dossiê**

No. 10  
ISSN 2237-8294  
dezembro de 2014

# O VERMELHO E O NEGRO:

## RAÍZES COLONIAIS DO UNIVERSO CONCENTRACIONÁRIO DO GENERAL FRANCO

Pedro Pablo Fermín Maguire<sup>1</sup>

### RESUMO

As fases finais da rede Nazista na Segunda Guerra Mundial predominam nas imagens mais frequentes sobre campos de concentração. Mas, isolando alguns dos seus elementos conceituais, léxicos e materiais, podemos encontra-los em meio a contextos coloniais. O militarismo e o estado de exceção fornecem também algumas das condições nas quais esses elementos ou práticas geralmente associadas à declaração de inimizade, adquiriram um caráter massivo.

**Palavras-chave:** campo de concentração; barracão; escravidão.

### ABSTRACT

The final stages of the Second World War Nazi network of concentration camps are predominant in contemporary imageries of concentration camps. Still, if we isolate some of these networks' conceptual, lexical and material elements we can easily trace back their roots in colonial contexts. Militarism and the state of exception have also tended to provide some of the conditions where these elements or practices- generally associated to the declaration of enmity- have acquired a massive scale.

**Keywords:** concentration camp; barracks; slavery.

### RESUMEN

Las fases finales de la red Nazi en la Segunda Guerra Mundial predominan en las imágenes más frecuentes sobre los campos de concentración. Pero, aislando algunos de sus elementos conceptuales, léxicos y materiales, podremos encontrarlos en medio de contextos coloniales. El militarismo y el estado de excepción proporcionan también algunas de las condiciones en las cuales estos elementos o prácticas generalmente aso-

---

<sup>1</sup> Mestrando da Unicamp, tradutor e professor de inglês. E-mail: pedritofmaguire@gmail.com

ciadas a la declaración de enemistad, adquirieron un carácter masivo.

**Palabras clave:** campo de concentración; barracón; esclavitud.

## **INTRODUÇÃO: ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO**

O totalitarismo (opera através de) “a instauração, através do estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não apenas dos adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos que por qualquer razão resultam não integráveis no sistema político” (AGAMBEN, 2004: 25).

As fases finais no desenvolvimento da rede concentracionária nazista predominam nos imaginários mais frequentemente atrelados às palavras “campo de concentração”. Mas tanto os trabalhos na arqueologia do confinamento (MYERS e MOSHENSKA, 2011) quanto análises desenvolvidas no campo da arqueologia da repressão (FUNARI e ZARANKIN, 2006) têm conseguido complementar tais representações, propondo outros contextos nos quais foram empregadas tanto essas palavras quanto a materialidade à qual elas se referem.

Arqueólogos de vários países do continente americano e da Europa têm destacado a utilidade da disciplina para documentar e estudar práticas repressivas atreladas à violação de direitos humanos (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007; FUNARI e ZARANKIN, 2006; FUNARI, SILVA e CARVALHO, 2009). Muitos desses estudos contribuem para a identificação de vítimas e para o reconhecimento dos projetos políticos sepultados. Esses trabalhos podem se considerar arqueológicos no sentido de relativos aos “povos sem história” (FUNARI e ZARANKIN, 2006). As tentativas mais recentes de apagamento histórico por estados ditatoriais ou totalitários forneceriam um exemplo recente e documentável do velho problema da representação dos oprimidos na História (BENJAMIN *apud* GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

Na primeira parte deste artigo, serão propostos vários exemplos que ampliam o escopo geográfico mais frequente dos estudos sobre campos de concentração. Ao fazer isso, procura-se demonstrar a restrição geográfica que supõe considerar somente a terrível experiência nazista, precisamente pelo seu caráter abominável. Procura-se também ilustrar a possibilidade de documentação do violento efeito das práticas sociais atreladas ao conceito de “campo de concentração”, e as suas diversas materializações históricas, tristemente amplas, polissêmicas. Aqui destacaremos como se desenvolveram as palavras “campo de concentração”, a materialidade e as práticas sociais corres-

pondentes, antes de Auschwitz.

Na África do Sul, por exemplo, os *concentration camps* da segunda guerra dos Bôeres (1899-1902) apareceram no meio de uma guerra colonial. Junto com o seu internamento em campos, a população Bôer – descendentes de colonos holandeses – foi designada pelo exército e apresentada socialmente como inimiga. A concentração preventiva desse grupo pressupunha nas mulheres e nas crianças Bôeres apoios à guerrilha contra o exército britânico. Estima-se que 27.000 Bôer morreram em campos de concentração durante essa guerra (CUTHBERSON, GRUNDLINGH e SUTTIE, 2002). Mas, como relembra o estudo arqueológico de Weiss (em MYERS e MOSHENSKA, 2011), os britânicos também confinaram em campos as populações de origem africana e cor negra. Aqueles outros campos tinham na região precedentes na arquitetura e nas práticas prévias à guerra (WEISS in MYERS e MOSHENSKA, 2011).

De fato, já na década de 1880, o controle monopolístico sobre os diamantes e sobre os corpos dos mineiros negros do Sul da África tinha motivado a criação de áreas de habitação fechadas, os chamados *compounds*. Nesses *compounds* de tempo de paz controlava-se estritamente cada aspecto das vidas dos trabalhadores e os seus deslocamentos, sempre suspeitos. Já sob o estado de guerra formal e declarada – e suspeitando de um grupo maior de pessoas – os *compounds* foram empregados contra as duas populações, os Bôeres e os povos nativos africanos negros; mas os barracões empregados neles, *barracks* inspirados em modelos de minas escravistas brasileiras (WEISS, Op. Cit, p. 25) continuaram idênticos. Os mineiros negros já eram socialmente excluídos e sistematicamente suspeitos em tempo de paz, embora durante a guerra esses barracões tenham se multiplicado, sendo empregados com os Bôeres.

O antropólogo e historiador Gewald relembra que o exército imperial alemão também empregou, quando precisou deles, os *konzentrationslager* na Namíbia (GEWALD, 2004) contra o povo Herero. Em 1904, o Kaiser enviou à região as tropas do general Trotha, que nas suas próprias palavras visava a “eliminar” (Op. Cit, 62) o povo Herero, objetivo que quase atingiu, acabando com 80% deles. Terminada aquela guerra, a brutalidade continuou marcando as relações com os Hereros sobreviventes, trancados em campos de concentração desde 1905. A violência era cotidiana e a vida Herero só tinha o valor obtido com os trabalhos forçados. No mínimo 20.000 Hereros morreram e, quando os campos fecharam em 1908, os sobreviventes tinham perdido o direito de possuir terra e gado, as duas bases de sua organização social. Os exemplos citados mostram como os campos de concentração foram instrumentais às relações de exclusão política e social. Sob a declaração de guerra, nos exemplos citados, a relação de inimizade caiu sobre mais e mais grupos.

Os exemplos dos Hereros e dos Bôeres ajudam a pensar o próprio termo em uma

grade cronológica e geograficamente mais ampla de relações de inimizade: em ambos os exemplos, prévios à Segunda Guerra Mundial, *concentration camps* e *konzentrationslager* proliferaram no meio de práticas sociais que se debruçavam sobre os corpos daqueles que os exércitos definiam como inimigos. Práticas como eliminação, internamento preventivo, trabalhos forçados ou “reeducação” aparecem associados à prática da concentração. Embora no caso dos Hereros a inimizade trouxesse a aplicação de políticas visadas à eliminação, o exemplo dos Bôeres e de seus antecedentes mostra uma intensificação, sob a declaração do estado de guerra, de práticas já existentes nas colônias em tempos de paz.

### PRECEDENTES COLONIAIS DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO FRANQUISTAS

O fenômeno concentracionário e as suas relações com os Estados imperialistas dos séculos XIX e XX pode se completar com uma procura de elementos materiais, como os *compounds*, o arame de espinho ou os *konzentrationslager* dos exércitos alemão e britânico. Os espaços cada vez mais fechados e milimetricamente controlados, como os *ghettos* na própria Alemanha nazista, traduzem espacialmente o crescimento do poder desses Estados imperialistas, que foram fechando espaços ao poder excepcional dos exércitos. Os espaços militares podem ser entendidos como âmbitos privilegiados de desenvolvimento de estratégias de poder dos Estados modernos, mas não como os únicos. Em uma cronologia mais ampla, desde o começo da época moderna, os Estados – frequentemente por meio dos exércitos – vinham atuando sobre áreas crescentemente arquitetadas. No continente americano, como relembra Zarankin (2001), as cidades foram os centros de estratégias de controle do poder capitalista e colonial. Já Funari e Menezes (2014) destacam como as cidades espanholas e portuguesas constituem uma parte distintiva do legado arqueológico e colonial na América do Sul. No caso da América Espanhola, a planta quadrada e o planejamento das cidades têm uma estreita relação com a engenharia militar.

Para os Estados imperialistas mencionados, o britânico e o alemão, as colônias foram, no século XIX, o espaço de desenvolvimento da tecnologia política de controle civil e militar. Foram nelas que a arquitetura, a engenharia e as práticas punitivas se debruçaram sobre os corpos de populações excluídas e foram tratadas como inimigas. Em fins do século XIX, a engenharia e a arquitetura coloniais – e o exército em épocas de declaração do Estado de Exceção – ofereceram várias contribuições duvidosas ao elenco internacional de práticas de repressão, exploração e controle. Já no século XX, várias dessas práticas, artefatos e punições caíram sobre as populações na Europa. No

caso dos campos de concentração franquistas, isso aconteceu antes do apogeu da rede concentracionária nazista e do sistema Gulag soviético. Nas seguintes páginas explorarei algumas das práticas legais, espaciais e materiais empregadas anteriormente e de maneira dispersa em contextos coloniais e que, juntas, se materializaram nos campos de concentração franquistas durante a Guerra Civil Espanhola.

### **1. CUBA: OS DEPÓSITOS, O *BARRACÓNE* A *RECONCENTRACIÓN***

Várias práticas extremamente agressivas com os corpos dos concentrados nos campos franquistas tinham aparecido antes nas colônias. A identificação compulsória, muitas vezes inscrita contra a própria vontade, a concentração segregada em determinadas áreas e o depósito em barracões aparecem no espaço urbano e em determinados tipos de fazenda altamente industrializados, no universo da escravidão em Cuba. Uma parte importante da economia cubana já era baseada na exploração de escravos durante o século XVIII. Baseado nos dados de López de la Vega Valdés (identificação do personagem), o historiador e arqueólogo cubano Gabino de la Rosa calcula em 6 milhões o número de africanos introduzidos no Caribe entre os séculos XVI e XIX (LÓPEZ VALDÉS *apud* DE LA ROSA, 2012). A revolta antiescravista no Haiti no final do século XVIII trouxera uma intensificação da economia escravocrata em outras áreas do Caribe, América do Sul e do Norte. Desde 1790, foram introduzidos na ilha de Cuba mais escravos do que durante um século e meio anterior (CUBRÍA VICHOT, 2012). O estudo de De La Rosa sobre as tatuagens de escravos cubanos situa essa prática de inscrição como uma resposta à necessidade de identificar os escravos com as propriedades dos donos dos engenhos (DE LA ROSA, 2012). As autoridades coloniais, os donos dos engenhos e os caçadores usavam as tatuagens para afirmar a titularidade sobre os escravos e garantir o pagamento dos impostos sobre eles.

Junto com as tatuagens, a identificação também se utilizava de depósitos. Esses prédios centralizavam os escravos, e foram gerenciados por diferentes famílias em sua longa história. Mas foi a Junta de Fomento, organismo real, que construiu o maior depósito de La Habana. Ele estava situado no bairro de Cerro, no centro de La Habana e contava com vários vigilantes, um médico e um encarregado das finanças. Os cativos eram expostos publicamente naquele grande prédio e identificados por intermédio das tatuagens (*carimbos*) sobre os seus corpos. A mesma lei que previa a construção do depósito de Cerro em 1800 prescrevia que qualquer negro que não conseguisse ser identificado podia acabar preso dentro desses estabelecimentos. Os depósitos geraram registros cuidadosamente anotados (DALTON, 1967).

Os depósitos eram provisórios. A moradia permanente dos escravos tinha um nome, que, como os *compounds* britânicos, também tracejava uma conexão entre o trabalho em cativeiro e o universo concentracionário: o barracão. Desde o século XVI e XVII, a palavra *barracón*, em espanhol (*barracoon* em inglês) designava lugares temporariamente habilitados para depósito dos escravos à venda na costa Oeste da África e na América. Durante o século XIX, a palavra passou a designar lugares de habitação de escravos na ilha de Cuba; durante esse século, os *barracones* viraram a solução arquitetônica que melhor se adaptava às necessidades de controle dos escravos nos engenhos cubanos de açúcar.

A altíssima produtividade dos engenhos cubanos continuou enriquecendo a elite cubana “sacarocrata” – nas palavras de Manuel Moreno Fraginals, autor de um estudo clássico sobre os engenhos– durante todo o século XIX. Mas as fugas de escravos continuaram, e a luta pela emancipação somou-se a outros conflitos sociopolíticos até a guerra de Independência de 1895-1898. Durante o século XIX, a economia açucareira continuava crescendo, apesar da ameaça do desenvolvimento da beterraba – competidora na produção de açúcar vinda da Europa – no meio das lutas pela Abolição e da formação de movimentos anexionistas, reformistas e independentistas.

Entre os conspiradores do começo do século XIX encontraram-se negros livres como José Antonio Aponte, que organizou um movimento abolicionista, em 1812. Também participaram escravos negros e mulatos livres na *conspiración de La escalera* (conspiração da escada), cujo nome remete a uma prática de punição pública na qual os escravos eram atados a uma escada e recebiam chibatadas. A brutal repressão incluiu a aplicação de torturas até a morte em até 300 pessoas, 78 execuções, 600 pessoas presas e 400 expulsas (CANTÓN NAVARRO, 1998).

Nesse contexto mais amplo, podemos entender a evolução arquitetônica e da distribuição espacial dos *barracones* proposta pelo estudo clássico de Fraginals sobre os engenhos de açúcar. *El ingenio cubano de la zúcar* (1978), propõe diferentes fases no ciclo escravista, destacando a importância das tarefas de vigilância dos cativos, que trouxeram um novo uso ao termo *barracón*. Na ilha de Cuba, as moradias rurais foram modificadas pelos donos dos *ingenios* em duas fases subseqüentes. Moreno Fraginals propõe uma primeira transformação, entre fins do século XVIII e começo do século XIX, na disposição dos *bohíos*, pequenas cabanas rurais com chão de terra e teto de folha de palma. Os *bohíos* passaram de um padrão mais disperso para o modelo em U (figura 1). Fraginals destaca a capacidade de vigilância dessa primeira transformação e a utilidade para distribuir as forças dos escravos no espaço.

Já o termo *barracón* serviu, em uma fase posterior, para assinalar o ponto máximo do ciclo do açúcar. Na virada do século XIX, o *barracón* designava a materialização de

toda uma estratégia de controle social, um complexo arquitetônico e industrial. O *bar-racón* era um grande prédio de planta quadrada, com uma nova localização da cozinha no centro do pátio e a mudança de materiais. A madeira dos *bohíos* – termo que passa a designar só o reduzido espaço para dormir – foi trocada pela pedra e pelo ladrilho, ficando só para as cercas que, em meados de 1860, deviam ser feitas em arame de es-pinho (Op. Cit., 1978). As sociedades de donos de engenhos promoveram estudos que prescreviam também a distribuição de outros elementos que faziam dos *barracones* unidades cada vez mais autossuficientes. Lojas, casas para o criador dos bois ou para os capatazes, e eventualmente áreas para chineses *coolies* ou escritórios para homens livres encarregados de funções administrativas. Esses manuais eram ilustrados com gravuras de alguns dos artistas mais importantes da ilha, como Eduardo Laplante. Entre os elementos arquitetônicos, Moreno Fragnals destaca também o emprego de diversos referentes visuais. Vários campanários, torres, etc. marcavam o tempo e marcavam o tempo do trabalho e o espaço dos engenhos a longa distância.

### **A RECONCENTRACIÓN**

A luta pela emancipação continuou se entrecendo na ilha com os diferentes gru-pos sociopolíticos em formação no século XIX: reformistas dentro do Império espa-nhol, anexionistas com os Estados Unidos e independentistas. A política impositiva e econômica das autoridades coloniais, junto com sua incapacidade de articular reformas políticas e sociais efetivas continuavam empurrando cada vez mais setores para po-sições independentistas. A abolição misturava-se com a luta independentista, segun-do propõe com cada vez mais frequência a historiografia sobre Cuba. Por exemplo, o historiador e divulgador Julio Cubría, em seu *Breve Historia de Cuba* (2012), destaca o exemplo de Carlos Manuel Céspedes Castillo. No dia 10 de outubro de 1868, o ad-vogado da cidade de Bayamo proclamou a Independência de Cuba e simultaneamente libertou os escravos do seu próprio engenho. As cidades menores de Camaguey e las Villas secundaram o levantamento e tanto grupos de voluntários contra a Independência quanto o exército imperial espanhol reagiram, tendo como sequência uma guerra de 10 anos; depois da guerra, a ilha continuou a fazer parte da Espanha.

A escravidão foi formalmente abolida pelo governo colonial da Espanha em Cuba em 1886, embora nas grandes explorações rurais os proprietários continuassem exer-cendo um forte controle sobre os movimentos dos seus empregados. Os conflitos so-ciais e políticos continuaram crescendo. Alguns dos grupos partidários da Independên-cia aproximaram-se de setores populares e operários. Ao mesmo tempo, um processo de militarização atingiu tanto essas organizações revolucionárias quanto o governo co-



lonial da ilha e os conflitos sociopolíticos. A segunda declaração de Independência e a guerra subsequente tiveram, como dirigentes dos exércitos de libertação, generais como José Martí, Máximo Gómez e Antonio Maceo. Eles se viram investidos de atribuições excepcionais, cívicas e militares. O governo colonial na ilha de Cuba também entregou poderes excepcionais ao General Valeriano Weyler, nomeando-o Capitão Geral da ilha. Weyler comandou em Cuba um exército de mais de 200.000 homens, o “maior exército jamais enviado a Cuba por uma potência europeia” (NAVARRO GARCÍA, 1998: 172).

Foi no emprego desses poderes excepcionais que ele aplicou a prática de guerra colonial conhecida como *reconcentración*. Como o emprego dos *concentration camps* na África do Sul, a *reconcentración* visava a desfazer os vínculos entre os exércitos de guerrilheiros independentistas do campo e os seus apoios civis, forçando o deslocamento massivo de toda a população até as cidades e determinados pontos militarizados e fortificados. A *reconcentración* impôs a restrição de movimentos sobre toda a ilha. Como a lei de 1800, a prática jogava sobre o conjunto da população uma suspeita sistemática de criminalidade. Nos *bandos de reconcentración* propagandeavam que quem não comparecesse aos espaços designados seria considerado e julgado como rebelde, o crime mais grave do Código da Justiça Militar de 1890. Se a presunção de culpabilidade, o cativo e o objetivo da identificação lembravam os depósitos, a inscrição dos “apresentados” era feita com caráter metódico, em registros escritos e não em tatuagens. Vários donos de fazendas cafeeiras e açucareiras rurais se opuseram à medida que os privava da “sua” mão de obra ao exigir a presença na cidade.

A *reconcentración* não visava, como os *konzentrationslager*, a eliminação massiva das populações alvo. De fato, operava sobre o princípio inverso de aniquilar os meios de vida no campo (moradias, gado, bananas e tudo aquilo que pudesse servir de sustento aos guerrilheiros) e preservar na cidade a vida dos “apresentados” em paz e sob controle. Mas a degradação das condições de vida foi catastrófica. Sem suficientes meios para fornecer o sustento dos próprios soldados espanhóis – em sua maioria procedentes das camadas populares da península –, o exército não dava conta da manutenção mínima dessa vida das massas concentradas. Entre 1895 e 1898, 41.000 soldados espanhóis morreram por causa de enfermidades infecciosas. Ao menos 150.000 civis morreram em consequência da *reconcentración* em toda a ilha. No nível local, um estudo sobre a área de Guira de Melena mostrou o impacto da política de *reconcentración* sobre os padrões de mortandade, o tamanho das pessoas e o impacto sobre os ossos delas (PÉREZ GUZMÁN, 1998). O estudo mostrou como as desigualdades aumentavam e atingiam as possibilidades de sobrevivência. Muitas pessoas mais pobres e trabalhadoras do campo tiveram que trabalhar a serviço doméstico dos mais ricos ou militarizados nas obras de fortificação dos centros de *reconcentración*.

**PRIMEIRAS APLICAÇÕES NA PENÍNSULA IBÉRICA: A “GUERRA DE FRONTEIRA” DE FRANCO EM ASTÚRIAS.**

Já antes da Guerra Civil, determinados grupos começaram a se destacar na implementação de políticas e práticas repressivas. No exército franquista, as forças coloniais de choque encontravam-se entre esses grupos. Muitos dos generais chave na sublevação contra a República em julho de 1936 eram africanistas, oficiais dos corpos coloniais do Norte da África. Após a perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas em 1898, a Espanha mantinha pequenos territórios imperiais em Guiné Equatorial e no Norte da África. Várias faixas de terra e cidades, Ceuta Tetuão e Melilla, encontravam-se no meio de dois competidores bem maiores, a França e o Reino Unido. As lutas contra as tribos do Rife, os independentistas árabes, eram duras, e a mentalidade de assédio, machismo e mistificação em relação à morte eram centrais entre os militares africanistas. Com base nessas ideias, o general Franco havia fundado um corpo de elite, os Legionários, em uma fase muito formadora da sua vida. Como ele mesmo falou para o jornalista Manuel Aznar durante a Guerra Civil: “Sem África não consigo me explicar nem para mim nem para os meus companheiros de armas” (PRESTON, 1994: 16).

O saque, a violência sexual contra as mulheres e a execução exemplar faziam parte das práticas já desenvolvidas pelos Legionários na guerra colonial desde bem antes da República, nos anos 20 (PRESTON, 1994). Durante a ditadura do General Primo de Rivera, em uma visita à África, o ainda jovem general Franco e os seus Legionários já haviam escandalizado o Ditador por conta de suas brutalidades para com as populações árabes locais. Entre as práticas exemplares dos africanistas era frequente a exposição de membros amputados. Em 1926, uma duquesa da alta sociedade, que havia doado dinheiro para os Legionários, recebeu como presente uma cesta contendo, entre flores, duas cabeças decapitadas de membros das tribos do Rife (PRESTON, 1994: 76).

A Ditadura de Primo de Rivera e a monarquia terminaram, e o regime constitucional e democrático da II República Espanhola foi estabelecido em 1931. A República legalizou vários movimentos políticos e organizações sindicais até então perseguidos, fez avanços pela separação da Igreja e do Estado e empreendeu uma reforma agrária. Todas essas tentativas de transformação sociopolítica foram sabotadas pelos partidos e organizações sociais das forças sociais tradicionalmente privilegiadas. A República não satisfez muitos dos anseios de redistribuição e justiça social propostos por essas organizações e que atingiam uma grande parte da população da desigual Espanha da década de 1930. Tanto os governos de esquerda política quanto o regime legal, e a ideia de governo democrático e popular, ficavam muito debilitados por cada militarização dos

conflitos sociais. A direita antirrepublicana, em contrapartida, se fortalecia. Em 1933, ganhou as eleições uma coalizão de partidos de direita. Quando em 1934, na região mineira de Astúrias, aconteceu um grande levantamento insurrecional. Nessa altura, sob as siglas UHP (*Uníos Hermanos Proletarios*) uma greve geral virou um levante de aspirações revolucionárias.

O governo declarou o Estado de Exceção e concedeu o controle de Astúrias e o gabinete de governo ao ainda jovem General Franco, “estrela militar” do Norte da África. As tropas *africanistas* compostas por Legionários e tropas árabes de ocupação e policiamento e treinadas nas lutas contra as tribos do Rife encararam a repressão como se fosse uma guerra de ocupação colonial. O Código de Justiça Militar de 1890 foi aplicado na “pacificação” da região. O saque, as violências sexuais e o raspar do cabelo das mulheres aterraram a região. As estratégias de controle local e as atuações que os africanistas tinham aplicado na guerra colonial no Rife para se apropriar de jeito irreversível do território foram aplicadas em Astúrias. A desumanização do inimigo, própria do confronto colonial (ou da justificação da escravidão), também não demoraram. O próprio Franco, justificando o trato inumano dos africanistas que escandalizaram alguns membros do próprio exército (PRESTON, 1994; 2011), redefinia assim os limites do humano: “Esta guerra es una guerra de fronteras, y los frentes son el socialismo, el comunismo y todas cuantas fuerzas atacan a la civilización para reemplazarla por la barbárie” (PRESTON, 2011: 132). Na aplicação do Código de Justiça Militar os *africanistas* julgaram milhares de pessoas por rebelião, inclusive membros do próprio exército. Nessa altura, não houve campos de concentração, mas calcula-se em 30 ou 40.000 o número de pessoas que lotaram as cadeias (PRESTON, 1994).

### **DA RECONCENTRACIÓN DE CÁDIZ AOS CAMPOS DE GALÍCIA NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA**

Em 18 de julho de 1936, pouco tempo após uma nova vitória eleitoral da esquerda, uma parte do exército insurgiu um golpe de estado contra a Segunda República da Espanha, apoiado pela Igreja Católica e pelos setores mais privilegiados da sociedade. A sublevação dos militares foi um sucesso imediato no Marrocos espanhol, mas revelou-se pior do que o esperado no resto da Península. Nas cidades maiores, como Madrid, Barcelona ou Bilbao, os militares golpistas foram contidos ou depostos nos primeiros dias após o golpe de 18 de julho. A resistência de uma parte do exército, do governo e das organizações sociopolíticas obrigou os militares sublevados a desatarem uma guerra de três anos (1936-1939) até estabelecerem a ditadura do General Franco (1939-1975).

Entre as figuras mais destacadas do lado franquista encontravam-se, nos primeiros momentos da Guerra Civil, *africanistas* como o General Mola, de grande importância entre os generais golpistas. Desanimado no começo, Mola queria se retirar para a sua Cuba natal. Mas, animado pelos sucessos de outros *africanistas* como o General Varela em Navarra – já destacado na repressão asturiana de 1934 – Mola ajudou a organizar o golpe. Mola emitiu uma série de instruções para a rendição rápida do inimigo, dentre as quais podemos destacar o recurso às forças coloniais: “Moras Regulares, Mehal-las, Harkas e polícia indígena”. (PRESTON, 2011: 195).

Durante a Guerra Civil, os campos de concentração viajaram, junto com táticas de choque similares, da África para Espanha (BALFOUR, 2002). As práticas concentracionárias seguiram o avanço do exército franquista desde o Marrocos espanhol, onde o golpe de Estado atingiu os seus primeiros sucessos. Nas praças militares de Tetuão e Melilla, e a fronteira com Tanger, foram detidos os primeiros inimigos em lugares frequentemente descritos na documentação como “*campos de concentración*” ou “depósitos”. Sob a declaração do Estado Exceção eram detidos em terríveis condições, “seguidores republicanos, obreiros, soldados, membros de lojas maçônicas e judeus” suspeitos do delito de rebelião (BALFOUR, 2002: 497). Fortalezas militares, capitânias e prisões foram os primeiros prédios reutilizados como campos de concentração. As testemunhas orais do historiador militar da Guerra de Marrocos, Sebastian Balfour recordavam que os concentrados faziam trabalhos forçados, e que os membros do partido fascista Falange tinham acesso aos campos. Os membros da Falange reconheciam e selecionavam as pessoas que seriam executadas.

Uma das primeiras cidades conquistadas no Sul, no caminho dos sublevados de Marrocos à Madri, é Cádiz. As casas foram registradas, e “liberais de esquerdas, maçons e sindicalistas” (PRESTON, 2011: 198) foram detidos em massa. As prisões e o cassino da cidade encheram-se de inimigos dos sublevados, que foram torturados e executados em grande número. Um “Tribunal do Sangue” executou 600 deles em cinco dias. A cidade de Cádiz estava separada da Península por uma ponte, as *Puertas de Tierra*, cujo fecho permitiu um controle total sobre o espaço urbano (PRESTON, 2011), ao reconcentrar a população como em Cuba entre 1896-1898. Os espaços de detenção, execução e tortura desses inimigos apareciam de forma dispersa e improvisada em um primeiro momento.

Durante o ano de 1937, os acontecimentos militares mais importantes da Guerra Civil trasladaram-se ao Norte da Península Ibérica. Desde a primavera de 1937 até o final do ano foram conquistadas as praças militares de Santander, O País Basco e Astúrias. Galícia, no extremo Oeste da faixa Cantábrica do norte peninsular, já tinha sido conquistada pelos militares durante os primeiros dias do golpe de Estado e partici-

pou da fase de desenvolvimento industrial dos campos de concentração (RODRÍGUEZ TEIJEIRO em DE JUANA E PRADA, 2006; DOMÍNGUEZ-ALMANSA, 2008; SANTOS JULIÁ, 1999). Durante a Guerra Civil morreram 4.000 pessoas, executadas na Galícia. A declaração do Estado de Exceção desencadeou e sancionou uma situação de caçada aos suspeitos por grupos paramilitares.

O exército foi declarando o Estado de Exceção em cada pequeno vilarejo, vila e cidade de cada comarca, aplicando o Código da Justiça Militar de 1890. A concentração dos inimigos, a sua identificação e o seu julgamento foram centralizadas por instituições cada vez mais focalizadas no espaço concentracionário e nos pormenores de sua gestão. Desde Março de 1937, Franco confiou o trabalho de coordenar a identificação e a classificação dos inimigos a Luis de Orgaz, *africanista* experiente que tinha organizado o serviço de formação e recrutamento das tropas coloniais. A instituição comandada por ele visava à Mobilização, à Instrução e à Recuperação dos prisioneiros (RODRIGO, 2003).

Em maio do mesmo ano, criou-se a ICCP (*Inspección de Campos de Concentración de Prisioneros*), que teve no norte da Península Ibérica uma das suas áreas fundacionais de atuação e desenvolvimento sob a nova direção de Luis Martín de Pinillos (RODRIGO, 2005). As práticas de identificação, de reclusão, de execução e de aplicação de trabalhos forçados se industrializaram e massificaram, como parte do grande processo de construção de um maquinário militar. A área de Galícia, que tinha sido industrializada em sucessivas ondas desde o século XIX, oferecia boas comunicações por mar e muitos prédios industriais vazios. Deve-se a Luis Martín Pinillosa perspectiva técnica sobre os campos de concentração e o maior esforço em adaptar os prédios empregados como campos. Por meio de um discurso altamente técnico e da insistência na qualificação de uma grande equipe de engenheiros, a ICCP de Pinillos pretendia um controle e uma transformação totais dos prisioneiros por meio de um altíssimo controle do espaço em que a vida dos prisioneiros se desenvolvia.

Em Galícia, criou-se “toda uma rede de campos em funcionamento entre 1937 e 1938” (TEIJEIRO, Op. Cit. P. 288). A queda de Santander em fins de Julho e começo de Agosto de 1937, motivou a criação dos campos de Cedeira, Ferrol, Muros, Rianxo e Camposancos (Op. Cit. p. 289). Depois da ocupação de Gijón, Astúrias, foram estabelecidos em Galícia os campos de concentração de Ribadeo e Santa María de Oia. Os processos por rebelião militar se massificaram até o ponto de exigir a multiplicação e o traslado de auditorias militares para a classificação, o julgamento e a punição de 100.000 pessoas, entre 1937 e 1938. A acusação mais frequente era a de rebelião ou auxílio à rebelião. Para Pinillos, o problema que eles representavam como categoria social ia muito além do inocente ou culpado e devia ser respondido também arquiteto-

nicamente.

Os relatórios da ICCP constituem uma valiosa fonte para a compreensão da concepção de Pinillos sobre suas responsabilidades. Depositados no AGMAV<sup>2</sup> (Archivo General Militar de Ávila) os documentos descrevem a acumulação de prisioneiros em prédios improvisados como um problema “grave, magno e urgente”; um problema que exigia uma atenciosa “colocação e estudo”. Esse argumento da ICCP – a sua própria especial qualificação – percorre todas as comunicações e acompanha o conjunto da proposta do projeto social para os campos. A qualificação especial era a base de sua própria idoneidade para resolver o “problema”, para gerenciar a nova vida que surgia nesses novos lugares. Assim, a ICCP falava nesse documento das classes desses indivíduos, e do seu número, mas também da sua “categoria”, que devia ser esclarecida. Enfatizava-se também a ideia de um regime especial e específico, já fortemente caracterizado pelos trabalhos forçados. Além da ideia de classificação, a ICCP ocupava-se das questões orçamentais, especialmente da adaptação dos espaços para essa “nova vida”. Mas começa a estabelecer conexões mais específicas, mais expressas, entre essa nova vida e os espaços concretos onde ela iria se desenvolver. Junto com o critério enfatizado da urgência, e o compartilhado dos custos reduzidos e rapidez, as relações que a ICCP propôs começaram a ter uma tradução espacial, arquitetônica.

Junto com mosteiros e escolas, os prédios industriais galegos forneciam pátios centrais onde se tornava fácil identificar, controlar e julgar. Sobre essa paisagem, projetavam-se questões sobre o “regime” ao qual os presos iam estar submetidos. Se ele ia ser “celular ou de aglomeração” sendo as condições de sua vida dependentes destas e de outras categorias. A especificidade da vida a ser gerenciada no interior exigia algumas transformações materiais nos prédios, que deviam ser detalhadas em materiais e lugares que veiculassem as relações necessárias entre os presos. Dependendo dessas relações a serem criadas com eles e entre eles, a ICCP projetava “condições” específicas nos edifícios. E também construções e lugares específicos: “a sua distribuição em grupos”, por exemplo, podia exigir “recintos interiores de separação”; as suas atividades, “pátios ou espaços livres reservados para passeios e exercícios”.

Assim, os campos de concentração foram os primeiros lugares adaptados *ex novo* para conter os inimigos presos, a primeira solução arquitetônica específica da ICCP para o “problema dos prisioneiros”. Nada traduzia a novidade da “solução arquitetônica” que a instituição propunha como os barracões que propôs construir no Penal Del

---

<sup>2</sup> As citações aqui mencionadas procedem do citado arquivo, das carpetas e folhas AGMAV, C. 2324, L. 46BIS, Cp. 1-12 e Documento AGMAV, C. 2330, L.57, Cp. 48-2. Já *obarracón* procede de AGMAV, C. 2329, 53, 16, 13.

Dueso, adaptáveis a qualquer lugar e que reproduziam as condições ótimas de habitação que deviam imperar em um campo.

A região Norte de Espanha em geral, durante os anos 1937 e 1938, e a Galícia em particular fornecem um ponto crítico no desenvolvimento tecnológico dos campos de concentração franquistas. Junto com os barracões, foram prescritas outras normas como a necessidade de colocar no centro dos pátios e em posição bem visível a bandeira da Espanha. Frente a ela deviam se ler periodicamente alguns dos artigos do Código de Justiça Militar. No interior daqueles pátios começaram algumas das práticas que depois viraram frequentes no exterior dos campos, como a saudação à romana, os três vivas a Franco, etc. que continuaram nas escolas e lugares públicos, inclusive depois do fechamento dos últimos campos, em 1947.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É difícil calcular o número exato de mortos em longa duração, mas no final da Guerra Civil Espanhola, cerca de 277.000 pessoas viviam encerradas em campos de concentração e 90.000 trabalhavam na rede de trabalhos forçados que eles ajudaram a articular (RODRIGO, 2008 apud GONZÁLEZ-RUIBAL, 2011: 57). Pelos campos passaram por volta de 500.000 prisioneiros e as condições de vida neles mataram de fome, enfermidades infecciosas e agressões físicas.

A consideração de inimigos da Nova Espanha em construção pelos franquistas propiciou uma insistente fabricação da imagem dos republicanos como *vermelhos*. A intervenção da União Soviética foi uma consequência e não uma causa da Guerra Civil Espanhola, e o sucesso do Partido Comunista Espanhol veio da sua capacidade de organização da oposição democrática contra a ditadura e depois da Guerra. Estudando as políticas de memória da Espanha franquista e pós-franquistas, a antropóloga Layla Reinshaw insiste no caráter quase racial adquirido pela categoria dos *vermelhos* (p. 62). Reinshaw propõe como um “equivalente estrutural” do termo *negros* nas colônias da Espanha, onde a cor serviria como um pretexto para tentar introduzir no sangue do outro uma condição inferior. Podemos considerar os campos de concentração como lugares de produção em massa desse estigma que foi o *vermelho*. Os campos eram os primeiros lugares especificamente desenhados para a identificação, a classificação, a contenção e a agressão dos *vermelhos* para as suas vidas de segunda categoria. A condição estendia-se a familiares, amigos e bairros inteiros, marcando uma procedência supostamente subordinada. Sob a organização tecnológica da ICCP, as práticas de identificação massiva, de concentração, de punição e de trabalhos forçados adquiriram uma categoria massificada. Todas elas adquiriram um âmbito específico de desenvol-

vimento técnico nos campos franquistas e na ICCP uma problematização tecnológica. Se os campos, especialmente os galegos, oferecem um exemplo de desenvolvimento industrial, eles só unificaram velhos instrumentos com que os franquistas cinzelaram na carne dos seus inimigos todos os seus medos da transformação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. *Estado de excepción: homo sacer* II,1. Pre-Textos:Valência, 2004.
- BALFOUR, S. *El abrazo mortal*. De la guerra colonial a la guerra civil en España y Marruecos(1909-1939) Península: Barcelona, 2002.
- CANTÓN NAVARRO, J. *History of Cuba*. La Habana, 1998.
- CUBRÍA VICHOT, J. *Breve historia de Cuba*, 2012.
- CUTHBERSON, G. GRUNDLINGH, A. and SUTTIE, M.-L. (eds) *Writing a Wider War: Rethinking Gender, Race, and Identity in the South African War, 1899-1902*.Ohio, 2002.
- Dalton, Margarita. “Los depósitos de cimarrones en el siglo XIX”. *Revista de Etnología y Folklore*, enero-junio 1967, pp. 5-29
- FUNARI, P.P.; ZARANKIN, A. *Arqueología de la represión y resistencia en Latinoamérica*. EncuentroGrupo Editor: Catamarca, 2006.
- GEWALD, “Imperial Germany and the Herero of Southern Africa: Genocide and the Quest for Recompense” in JONES, A. (ed.) *Genocide, War Crimes and the West History and Complicity* Zed Books, London, 2004.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. *Making things public*. *Archaeologies of the Spanish Civil War, Public Archaeology* 6(4), 2007, pp. 203-226.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2008. *Time to Destroy*. *An Archaeology of Supermodernity*. *Current Anthropology* 49(2): 247-279 (2008).
- GUADALUPE GARCÍA. *Urban Guajiros: Colonial Reconcentración, Rural Displacement and Criminalisation in Western Cuba, 1895–1902*. *Journal of Latin American Studies*, 43, pp 209-235. doi:10.1017/S0022216X11000010, 2011.
- LÓPEZ VALDÉS. *Africanos de Cuba*. Centro de Estudios Avanzados de Puerto Rico y el Caribe e Instituto de Cultura Puertorriqueña, San Juan de Puerto Rico, 2002.
- MORENO FRAGINALS, M. *El ingenio cubano del azúcar*, Editorial de Ciencias So-



ciales: La Habana, 1978.

MYERS e MOSHENSKA. *Archaeologies of Internment*, Springer: London and New York. 2011.

NAVARRO GARCÍA, L. 1898, *La incierta victoria de Cuba*, Tomo LV, 1, 1998. Disponible online em: <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es>

PÉREZ GUZMÁN, F. *Los efectos de la reconcentración (1896-98) en la sociedad cubana*. Un estudio de caso: Guira de Melena. *Revista de Indias*, 1998, vol. LVIII, núm. 212.

PRESTON, P. *Franco, Caudillo of Spain*, Harper Collins: Glasgow, 1994.

RODRIGO, J. *Los campos de concentración franquistas*. Entre la historia y la memoria, Siete Mares, 2003.

ZARANKIN, A. *Paredes que domesticam*. Arqueologia da arquitetura escolar capitalista. Campinas, UNICAMP, 2001.